

ALUNOS ESTRANGEIROS NA ESCOLA NAVAL*

*“Educação não é mera transferência de conhecimentos,
mas sim conscientização e testemunho de vida.”*

(Mészáros, 2008, p. 13)

HÉRCULES GUIMARÃES HONORATO¹

Capitão de Mar e Guerra (RM1)

THAÍS DE ARAUJO DA COSTA²

Primeiro-Tenente (RM2-T)

SUMÁRIO

Introdução

Imigração e identidade: alguns conceitos

Os acordos bilaterais de cooperação educacional e cultural

O programa de estudantes-convênio de graduação

Apoio técnico no âmbito da defesa

Percursos e trajetórias: o olhar na formação do aluno estrangeiro em IES militar

Estágio de nivelamento ou qualificação

Os sujeitos do estudo

Resultados e análise dos instrumentos de coleta de dados

Análise dos instrumentos de coleta de dados dos professores

Análise do relatório da disciplina de Língua Portuguesa

Análise da entrevista com um dos professores de Língua Portuguesa

Análise dos questionários dos alunos estrangeiros – estagiários

Considerações finais

* Publicado na *Revista de Villegagnon*, 2013, com o título “Alunos estrangeiros em IES militar: espaços escolares formais e não formais no aprendizado de Língua Portuguesa”.

1 Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (Unesa). Instrutor de Metodologia da Pesquisa da Escola Naval.

2 Doutoranda em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense (UFF). Instrutora de português da Escola Naval.



Alunos estrangeiros junto ao campo de esportes da Escola Naval

INTRODUÇÃO

Na relação entre mundo globalizado e juventude, nos deparamos com o que Gusmão (2007 *apud* FARIA, 2009, p. 61) chama de “trajetória nômade estudantil”, isto é, com o rompimento das barreiras físicas, geográficas e culturais pelos alunos, os quais procuram em universidades estrangeiras o espaço que acreditam ser ímpar para seu futuro.

Assim, jovens brasileiros migram para universidades americanas e europeias, na maioria das vezes, e nós recebemos, em nossas Instituições de Ensino Superior (IES) nacionais, jovens estrangeiros que entendem que aqui encontrarão uma possibilidade de melhoria da sua condição social e de vida familiar, além do reconhecimento do seu país no fortalecimento das estruturas de elites existentes, tanto no que tange ao aspecto intelectual como profissional, a serem construídas ou até mesmo reconstruídas.

Procurou-se focar esta pesquisa em jovens imigrantes provisórios e estudantes que deixaram seus países de origem e realizam sua formação superior em uma IES militar – no nosso caso de estudo, jovens africanos e asiáticos que, atualmente, estudam na Escola Naval (EN) –, visando compreender como eles experimentam, na (con)vivência diária, suas dificuldades de adaptação à cultura local, à barreira linguística e à vida acadêmica e militar, de modo que se tornasse possível identificar aspectos tanto positivos quanto negativos nos seus percursos e trajetórias.

O eixo condutor explorado foi o propedêutico e as relações construídas do ensino e aprendizagem da nossa língua dentro e fora da sala de aula, em ambientes e espaços tanto escolares quanto não escolares, além das dificuldades e potencialidades que porventura existam, como a adaptação à vida acadêmica e militar em IES militar em país estrangeiro. O convênio em questão foi o existente entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Defesa (MD).

Este estudo é de cunho qualitativo, com pesquisa documental exploratória inicial, e contou com os dados obtidos sobre os aspirantes da Escola Naval que cursam o Estágio de Qualificação para Adaptação Acadêmica de Alunos Estrangeiros. É também apresentada uma breve análise dos dados coletados: uma entrevista com a professora de Língua Portuguesa e a avaliação didática da disciplina utilizada em espaços não escolares de conhecimento relacionada a atividades fora do chão da escola.

O artigo está dividido em quatro seções principais. A primeira trata dos principais conceitos relacionados à imigração e à identidade. A seção seguinte aborda os acordos bilaterais de cooperação entre Estados no campo educacional e da educação superior. A terceira parte trata especificamente dos percursos e trajetórias dos estrangeiros na EN. Por último, é apresentada a análise dos instrumentos de coleta: o relatório do professor, a entrevista e parte do questionário submetido aos alunos integrantes da turma de 2013 do Estágio de Nivelamento.

IMIGRAÇÃO E IDENTIDADE: ALGUNS CONCEITOS

Como exposto por Subuhana (2005, p. 13), retomando Sayad (1998), a imigração consiste no deslocamento de populações por todas as formas de espaços socialmente constituídos e qualificados, sendo um “fato social completo”. O imigrante seria, então, de acordo com esse autor, um cidadão estrangeiro que tem residência fixa em outro país que não o seu de origem.

Durham (1978 apud MUNGROI, 2006, p. 13) argumenta que nenhuma imigração “deve ser compreendida como um deslocamento meramente geográfico, visto que as migrações representam uma movimentação no universo social”. O caráter do deslocamento transnacional, no caso em

estudo, é encarado como uma contribuição para o desenvolvimento dos seus países, e o diploma superior, principalmente se obtido no exterior, “é para muitos jovens africanos símbolo de distinção e de possibilidade de ascensão social” (MUNGROI, 2006, p. 13).

No que tange à especificidade do caso aqui sob investigação, pode-se asseverar que a imigração ocorre de forma provocada e temporária, envolvendo quase sempre acordos de cooperação entre Estados soberanos de origem e de destino, ou mesmo entre instituições de ensino superior, não podendo, portanto, ser enquadrada basicamente como uma mera relação econômica ou política.

Se falamos em imigrante, torna-se necessário também pensarmos teoricamente o termo “estrangeiro”, que indica, em conformidade com Subuhana (2005, p. 11), “uma pessoa adulta, pertencente a nossa época e civilização, que trata de ser definitivamente acostumada, ou ao menos tolerada, pelo grupo ao qual se aproxima”. Já Silva e Morais (2012), citando Simmel (1983), caracterizam o estrangeiro pelo tipo de sociabilidade desenvolvida com o grupo com o qual ele interage e afirmam ser essa relação marcada pelo reconhecimento da distância observada entre agentes sociais fisicamente próximos.

Subuhana (2005) nos lembra que nenhuma identidade é tão rígida, sólida e cristalizada que não possa ser questionada. A cultura do país escolhido irá causar impactos importantes na identidade de um imigrante. Seus valores, suas características, suas crenças (sua identidade) serão constantemente chocadas pelo capital cultural estrangeiro. A partir desse confronto, ele poderá “escolher” adotar ou repudiar um hábito cultural ao qual foi exposto, e essa “escolha” inferirá marcas em sua identidade.

OS ACORDOS BILATERAIS DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL

A educação tornou-se um dos temas que conseguiram diversificar as relações de cooperação internacional nas últimas décadas. Para Lanni (1996 *apud* DESIDÉRIO, 2005, p. 3), trata-se de um tema “inerente à (*sic*) mundialização da questão social”. Neste estudo não entraremos em todos os convênios no campo educacional existentes. Ater-nos-emos ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e aos relacionados ao Comando da Marinha, em especial ao de formação de estrangeiros como oficiais da Marinha na Escola Naval.

O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO

Desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo MEC, em parceria com universidades públicas – federais e estaduais – e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros na faixa etária entre 18 e 25 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no País.

O Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, que dispõe sobre o PEC-G, logo em seu art. 1º, evidencia a sua destinação à formação e à qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em IES brasileiras, independentemente se públicas ou privadas. O parágrafo único deste artigo expõe que a cooperação internacional no campo educacional destina-se a países em desenvolvimento e que, ao final do curso de

graduação, obtendo o diploma, o estudante deve retornar obrigatoriamente para o seu país de origem.

De acordo com os dados disponíveis no sítio do programa na internet³ sobre as matrículas efetivadas de 2001 a 2010, foram selecionados mais de 6.100 jovens para o PEC-G. Os dados apontam para uma maior disponibilização de cursos de graduação para a “África Negra”, provavelmente em função da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Conforme pode ser verificado, do total de estrangeiros, os africanos estão com mais de 80% das matrículas nas IES nacionais.

São disponibilizados cursos nas mais diversas áreas, sendo os de Administração, Ciências Biológicas, Comunicação Social, Letras e Pedagogia os mais requisitados. Tivemos em 2011 apenas um estudante do continente asiático (Timor Leste) matriculado; em 2013 esse número cresceu substancialmente: observamos um total de 34 timorenses, dois paquistaneses e um tailandês.

Há alguns requisitos previstos no decreto supracitado: o candidato tem que ser aprovado no teste de proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros⁴; ter concluído o ensino médio em seu país; ter o visto temporário de estudante habilitado – condição imigratória regular de responsabilidade do estudante; e ter condições financeiras de subsistência no país. Os alunos estrangeiros que porventura sejam reprovados no teste de proficiência de português – Celpe-Bras –, realizado também no Brasil quando na impossibilidade de fazê-lo em seu país de origem, são desligados do Programa e deverão obrigatoriamente retornar aos seus países.

3 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530id=12276option=com_contentviewmost>. Acesso em: 15 abr. 2013.

4 Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) – exame desenvolvido e outorgado pelo MEC, aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do MRE. Disponível em: <<http://www.celpebras.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

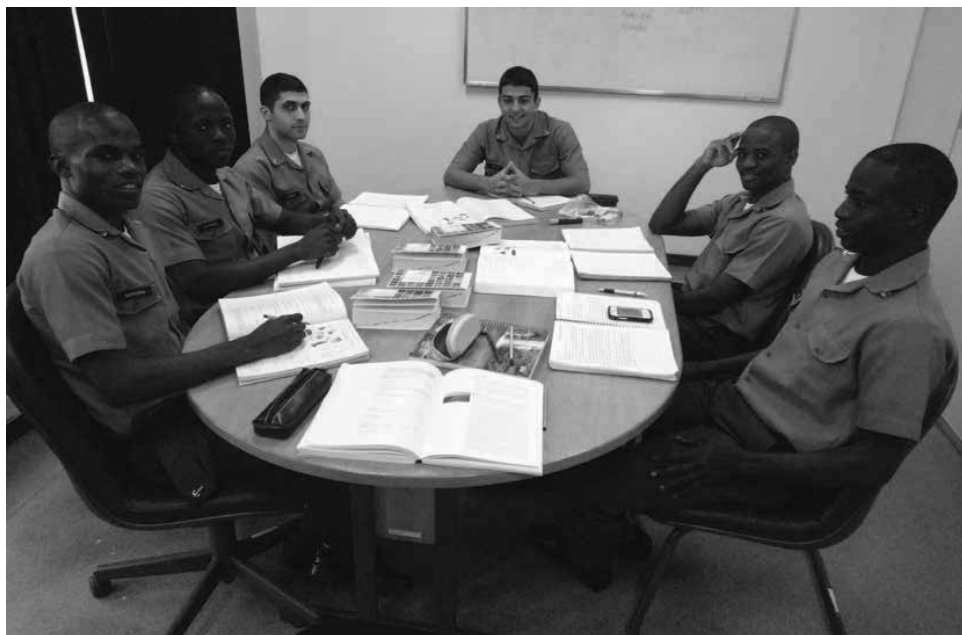
APOIO TÉCNICO NO ÂMBITO DA DEFESA

No âmbito do MD, mais especificamente no que diz respeito ao Comando da Marinha, os cursos para estrangeiros, nesse primeiro momento, são ligados ao Ensino Profissional Marítimo, disponíveis para consulta no sítio do MRE. Segundo informações subsidiadas pelo oficial responsável no Estado-Maior da Armada (EMA), pelo pessoal extra-Marinha e por potenciais cursantes – em especial estrangeiros em todos os níveis –, os diversos cursos estão incluídos no Catálogo de Cursos e Estágios do Ensino Naval destinados a pessoal extra-Marinha (BRASIL, 2011).

Os cursos são de curta e longa duração. Os de curta duração estão previstos no Programa Anual de Cursos de Curta Duração para Aquaviários Estrangeiros (PACCD) e são realizados em centros de instrução no Rio de Janeiro e em Belém. Tais cursos são destinados ao órgão da administração

governamental responsável pela formação de pessoal da Marinha Mercante nos países-membros da Organização Marítima Internacional, com os quais o Brasil mantém acordos culturais. A relação dos cursos é divulgada anualmente por meio de documentos acessíveis no sítio da Marinha do Brasil na internet.

Os cursos de longa duração, incluindo-se o de formação de oficiais na EN, são acordados entre o governo brasileiro e os adidos de Defesa estrangeiros dos países que têm representações no Brasil e com os quais nosso país possui estreita relação de cooperação. As vagas de interesse de suas respectivas Marinhas, cuja análise deve ser submetida à Marinha do Brasil, deverão ser solicitadas até 15 de julho do ano que antecede ao da realização dos cursos em questão. As solicitações dos Estados que não possuem estes representantes no Brasil são realizadas pelos nossos adidos brasileiros no exterior em virtude das necessidades apresentadas pelas correspondentes Marinhas amigas.



Os seguintes óbices foram observados no trato do contingente de imigrantes provisórios: a dificuldade de alguns alunos em acompanhar o ritmo dos estudos, seja por falta de base de conhecimentos gerais, ou mesmo pela não observância por parte de seus respectivos governos no que tange à indicação de militares com proficiência em Língua Portuguesa. Nesse último ponto, o referido gestor argumentou a importância do estágio de adaptação para a vida acadêmica na EN, o qual se destina ao nivelamento dos estrangeiros nesta instituição.

PERCURSOS E TRAJETÓRIAS: O OLHAR NA FORMAÇÃO DO ALUNO ESTRANGEIRO EM IES MILITAR

Para fins metodológicos, consideraremos, neste estudo, os dados obtidos sobre os alunos da EN que cursam em 2013 o Estágio de Nivelamento ou Qualificação para os alunos estrangeiros. Será apresentada uma breve análise dos dados coletados: entrevista com um dos professores de Português sobre a disciplina.

ESTÁGIO DE NIVELAMENTO OU QUALIFICAÇÃO

O lócus da nossa pesquisa foi a Escola Naval, que está situada na ilha histórica de Villegagnon, na cidade do Rio de Janeiro. Esta IES militar tem como missão formar os oficiais da Marinha do Brasil para os postos iniciais da carreira, nos corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes da Marinha. Para o cumprimento desse propósito, a EN ministra curso de graduação em quatro anos, com titulação final de bacharel em Ciências Navais.

O Estágio de Nivelamento ou Qualificação para Adaptação Acadêmica de Alunos Estrangeiros foi instituído pela

Portaria interna nº 10, de 24 de fevereiro de 2010, em virtude das repetências constatadas e do cancelamento das matrículas. É preciso destacar que a maior parte desses alunos não tinha domínio prévio da língua portuguesa. Outro problema verificado foi que os jovens, apesar de estarem dentro da faixa etária solicitada para matrícula na EN, cerca de 20 anos, não vieram do seu país de origem com uma base propedêutica do Ensino Médio.

No decorrer da sua formação como oficial de Marinha, pode-se verificar, a partir dos dados fornecidos pela Secretaria Escolar da EN, que, dos 87 alunos estrangeiros matriculados – de 1956, quando se deu o início do intercâmbio, até 2012 –, 26 não alcançaram o objetivo colimado tanto por seus países quanto por eles mesmos de concluírem o curso de graduação, ou seja, 30% do número total.

O Estágio referido, segundo a Portaria que o implementa (BRASIL, 2010), destina-se à capacitação de alunos estrangeiros selecionados pelas nações amigas e visa desenvolver neles os conhecimentos básicos necessários para acesso ao curso de graduação da EN. Ele consiste basicamente no incremento de um conjunto de aulas de nivelamento destinadas ao trabalho de conteúdos, habilidades e competências considerados pré-requisitos para o acompanhamento das disciplinas do currículo, de modo que se viabilizem a compreensão, a fala e a escrita da Língua Portuguesa, bem como se supram possíveis lacunas de formação acadêmica desses candidatos a aspirantes em Matemática e Física.

As atividades escolares são desenvolvidas ao longo de um ano letivo, que é composto por 30 semanas de aulas, divididas em dois semestres letivos. Os alunos em questão, para fins de administração acadêmica e militar, são denominados “estagiários”. Será considerado aprovado aquele

estagiário que obtiver parecer “satisfatório” em todas as disciplinas do currículo, podendo ser matriculado no ano seguinte no curso de graduação regular da EN, conforme previsto nas normas internas que trata dos Cursos de Graduação desta IES.

Existe um currículo preestabelecido a ser desenvolvido pelos professores para cada uma das disciplinas e que tem, em sua maioria, a prova escrita como metodologia avaliativa. Caso o estagiário obtenha parecer “não satisfatório”, será convidado, após parecer favorável emitido pelo governo de seu país, a renovar sua matrícula no ano posterior. Existe a possibilidade de a duração do estágio ser abreviada quando for identificado que o aluno apresenta o domínio dos conhecimentos necessários para o acompanhamento do ciclo escolar.

Atualmente, o currículo em vigor para a disciplina de Língua Portuguesa é acrescentado de atividades outras que demandam o aprendizado fora da sala de aula, como visitas a pontos turísticos e a instituições de reconhecido valor, como a Academia Brasileira de Letras, a Biblioteca Nacional, museus e salas de concerto; ida a restaurantes; observação de produtos comercializados em feiras livres, mercados populares e centros comerciais.

OS SUJEITOS DO ESTUDO

A nossa lei maior da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, apregoa, em seu art. nº 83, que “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas

pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, não paginado). No caso da Marinha, tais normas podem ser encontradas na Lei nº 12.704, de 8 de agosto de 2012.

Atualmente, a Escola Naval conta com um quantitativo aproximado de 800 aspirantes. Deste total, vinte e três jovens são estrangeiros, com idade média de 20 anos, naturais de Angola, Bolívia, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal e Venezuela.

Este trabalho está pautado a partir dos dados obtidos sobre os jovens estrangeiros integrantes do Estágio de Nivelamento no ano de 2013. Neste ano, temos oito novos Estagiários, distribuídos pelos seguintes

A Escola Naval conta com cerca de 800 aspirantes. 23 desses jovens são naturais de Angola, Bolívia, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal e Venezuela

Estados nacionais: Líbano – quatro alunos; Namíbia – dois alunos; Nigéria – um aluno; e Senegal – um aluno. Esses jovens tiveram uma imigração diferenciada, visto que estão representando, antes de mais nada, os seus países em uma formação superior especial, a militar, e, por características próprias,

inerentes à caserna, como aquartelamento ou internato. Eles necessitam de uma atenção a mais por parte de todos da instituição, desde os professores, do Serviço de Orientação Educacional e Pedagógica (Soep) até a administração de sua alimentação, pois alguns são muçulmanos e, por exemplo, não podem fazer o consumo de carne de porco (comum na alimentação do brasileiro).

RESULTADOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na busca pelo alcance do maior número de informações sobre a turma integrante deste ano, foi realizada uma entrevista in-

formal e aberta com um dos professores de português, além da leitura do seu relatório de acompanhamento. A partir dos dados obtidos tanto na entrevista quanto no relatório, foi possível abrilhantar algumas conclusões de ações que poderão ser desenvolvidas nos próximos estágios. Outra fonte de coleta de dados foi o questionário de Perfil Social, Psicológico e Acadêmico, elaborado pelo Soep da instituição, que foi aplicado aos sujeitos da pesquisa.

ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS DOS PROFESSORES

Em primeiro lugar, será analisado o relatório elaborado pelos professores de português para estrangeiros e, em seguida, a entrevista com um dos docentes da disciplina (são dois no total). O tratamento dos dados informados nesses instrumentos de coleta será focado no ambiente formal do ensino, a sala de aula, e principalmente em outras práticas do ensino-aprendizagem em ambientes não formais.

ANÁLISE DO RELATÓRIO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Um dos docentes de português acompanha os alunos estrangeiros desde 2009. Periodicamente, esta professora produz um relatório sobre as suas atividades junto aos aspirantes estrangeiros e tece comentários sobre o desenvolvimento dos mesmos no que tange ao aprendizado de Língua Portuguesa. Em seus relatórios, ela refere-se a alguns dos métodos adotados no ensino para estrangeiros:

– Utilização de aulas dinâmicas: desde o primeiro momento de contato com os alunos, a docente busca estimular a expressão oral. Portanto, faz uso do português

para comunicar-se com eles (conforme as modernas técnicas de ensino de línguas estrangeiras).

– Utilização de Material Complementar: a partir da terceira semana, introduz, em caráter incipiente, a leitura de jornais de grande circulação no país (*O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*) e de revistas (*Superinteressante*, *Scientific America-Brasil*). Segundo a docente, sua intenção é despertar o interesse dos jovens a partir de informações veiculadas por meio de anúncios, de artigos sobre esportes e notícias sobre acontecimentos atuais, em âmbito nacional e internacional, novidades no campo das ciências etc.

– Utilização de livro didático: é utilizado o livro *Bem-Vindo!* (Maria H. O. de Ponce, *et. al*).

Nesses mesmos meios instrucionais e a partir das próprias informações solicitadas aos alunos, colhe-se material linguístico compatível com o grau de desenvolvimento do grupo para estudo de vocabulário e de estruturas linguísticas, conforme plano de curso previamente estipulado.

A docente foi estimulada, pela Coordenação de Português da instituição, a tecer uma avaliação subjetiva sobre o grupo de alunos estrangeiros recebidos em 2013. Em seu relatório, ela ressalta as seguintes observações:

– Características pessoais e comportamentais dos alunos: os alunos, de modo geral, demonstram boa educação, disciplina, responsabilidade e disposição para o aprendizado. Embora abertos a todos os ensinamentos, na maioria dos casos são pessoas reservadas e observadoras. O trabalho de orientação empreendido pelos dois professores de Língua Portuguesa vem resultando em visível entrosamento entre o grupo, com a manifestação clara de mútuo respeito e colaboração durante as aulas e até em outros espaços da escola, onde fazem atividade física, por exemplo.



– Desenvolvimento de habilidades linguísticas: a docente pôde constatar que dois alunos apresentaram inicialmente grande dificuldade de apreensão dos mecanismos da língua, mas destacou que o processo de superação é geralmente evidenciado no curso do segundo para o terceiro mês, quando os alunos já entendem a maior parte do que lhes é dito na modalidade formal do idioma e conseguem expressar-se, ainda que de forma claudicante. Esta dificuldade, segundo a docente, pode ser explicada pelo fato de estes jovens terem, como

segunda língua de seu país, a língua inglesa, cujo vocabulário e estruturas nem todos dominam.

A professora reitera que, em decorrência de sua avaliação diária das competências linguísticas até então adquiridas pelos alunos⁵, estes ainda não podem ser considerados aptos para uma desejável compreensão do português e uma boa expressão oral e escrita no âmbito acadêmico. Além do reduzido vocabulário ativo, mesmo o trivial, falta-lhes conhecimento estrutural do idioma que lhes permita galgar postos mais avançados na aquisição desta língua.

Ela acrescenta ainda que, em decorrência da mencionada falta de conhecimento das estruturas linguísticas por todos os oito alunos (com algumas claras e inevitáveis diferenças individuais), bem como da cumplicidade que se está construindo entre eles, considera importante que as aulas de português sejam ministradas para os oito, conjuntamente, mesmo que, em alguns momentos, dadas as referidas diferenças, as atividades propostas sejam mais desenvolvidas com alguns deles, respeitando-se os níveis observados.

⁵ O relatório que ora analisamos foi redigido pela professora de Língua Portuguesa no início do ano letivo de 2013.

ANÁLISE DA ENTREVISTA COM UM DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A educação não formal é conceituada como aquela “que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, em especial em espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2010, p. 16). Ela seria nativa e construída por escolhas coletivamente, os processos que a produz têm intencionalidade e propostas. O ensino seria desenvolvido fora do ambiente formal das escolas, capacitando os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo no mundo. É por intermédio deste modelo de ensino-aprendizagem fora dos muros da EN que a disciplina de Língua Portuguesa procura ampliar e consubstanciar o que é transmitido aos seus alunos estrangeiros.

A partir deste ponto, começamos a analisar a entrevista com um dos professores desta disciplina. Foram feitas apenas cinco perguntas básicas em relação ao desenvolvimento e do trato da disciplina fora do ambiente acadêmico e que serão transcritas de maneira discursiva.

As atividades mais frequentes em ambiente externo são visitas a pontos turísticos e a instituições de reconhecido valor, como a Academia Brasileira de Letras, a Biblioteca Nacional, museus, salas de concerto; alimentação em restaurantes com preços acessíveis; observação de produtos comercializados em feiras livres, mercados populares e centros comerciais. Porém existem dificuldades para a implementação dessas atividades externas, que residem na ausência de recursos financeiros para locomoção e alimentação, bem como, e especialmente, na falta atual de tempo para o próprio curso, uma vez que a carga horária de licença dos alunos, visto que a rotina da EN é de internato, vem

sendo a cada ano reduzida mais cedo e mais drasticamente, “o que não nos permite neste ano, dentre outras atividades indispensáveis, programar qualquer saída durante a semana”.

Segundo esta professora, os alunos conhecem a fama do Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa, “mas esses jovens pouquíssimo conhecem do Brasil e geralmente nada sabem de seus habitantes e costumes, de como é viver numa metrópole. Desconhecem a cultura local”. Continuando com a fala da entrevistada:

As primeiras saídas turísticas se fazem a pé, pelo Centro, o que lhes permite observar de perto locais e prédios históricos. A depender das condições climáticas e de nossa disponibilidade pessoal, levamos os alunos a conhecer outros lugares famosos, como a Praia de Copacabana, a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Barra da Tijuca, percursos esses que fazemos de ônibus ou de metrô, conforme o destino (geralmente excedendo o horário destinado a essas aulas). Com isso, os alunos são orientados sobre como pedir informações, que tipo de transporte utilizar, a respectiva identificação desses coletivos, linhas etc., bem como se comportar defensivamente nos locais de grande movimentação de pessoas, como centros comerciais abertos ou fechados, onde os incentivamos inclusive a compararem preços de mercadorias de interesse para eles.

Com o desenvolvimento dos alunos no nosso idioma, é chegada a hora de apresentá-los a alguns museus e centros culturais mais próximos da Escola, como o do Banco do Brasil e o dos Correios, onde têm oportunidade de conhecer um pouco da história e da cultura brasileira, inclusive de outros povos, conforme as exposições do

momento. Também se considera importante que conheçam o Teatro Municipal e outras salas de espetáculo onde possam entrar em contato com a música erudita, brasileira e estrangeira de diversas épocas e estilos.

Como assevera o professor respondente, com isso pretende-se oferecer aos alunos tudo o que normalmente se espera que “constitua parte da educação de um jovem [...], para que eles percebam o prazer de descobrir o mundo de possibilidades e plurissignificações que se lhes abre a partir da aquisição desta língua, falada por milhões de pessoas [...]”.

Em relação à avaliação desse aprendizado, foi questionado como ela é desenvolvida. A avaliação é também não formal e realizada por meio da observação do progressivo domínio da língua pelos alunos e da diversidade de informações que eles próprios vão buscar e assimilar ao longo do ano. A compreensão dos textos oferecidos para leitura e a crescente integração com os demais aspirantes, bem como o interesse que demonstram os estrangeiros em conhecer o Brasil, durante os anos de sua permanência, revelam as afinidades com nosso povo e nossa cultura, que passo a passo vão descobrindo.

Em suas palavras finais, a docente se questiona por que estão empenhados em gastar seu tempo (já que atualmente só é possível saírem com os alunos nos fins de semana) com atividades que abrangem desde a visita a mercados e feiras a concertos de música erudita. Ela lembra que se trata de futuros oficiais de Marinha, homens que passarão a vida a se comunicar com outras autoridades em nível global – isso para não mencionarmos a possibilidade de muitos deles virem a ocupar postos de maior relevância militar e política em seus países e, por consequência, nos respectivos continentes.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DOS ALUNOS ESTRANGEIROS – ESTAGIÁRIOS

O questionário é uma elaboração do Soep da Escola Naval. Ele é aplicado com o intuito de traçar um breve e objetivo perfil social, psicológico e acadêmico dos alunos estrangeiros. Tal perfil permite elaborar estratégias de ação para facilitar a adaptação destes alunos à rotina da Escola, assim como compreender melhor as diferenças culturais dos alunos estrangeiros. O questionário foi aplicado pela primeira vez em 2009 e, desde então, vem sendo reformulado e aprimorado. Sua versão atual conta com 36 perguntas objetivas.

No período em que preencheram o instrumento de coleta, mais especificamente no mês de março, os alunos estavam no Brasil havia aproximadamente dois meses. Todos os pesquisados precisaram de auxílio para responder ao questionário, pois ainda possuíam pouco domínio da Língua Portuguesa. Apenas três já haviam tido contato com a nossa língua em seus países de origem, mas não foi verificada a frequência de tempo nem o domínio do conteúdo. Assim, o primeiro ponto de realce foi o pouco tempo de contato com a nossa língua e também o pouco que sabiam sobre o Brasil e a nossa cultura.

Todos os alunos estrangeiros estudavam antes de ingressar na EN e passaram por algum tipo de processo seletivo em seus países. A maioria cursou o Ensino Fundamental em escola particular. Já no Ensino Médio, metade estudou em escolas públicas e metade em escolas privadas. De acordo com os participantes, não há histórico escolar de reprovação ou dependência, e a maioria foi alfabetizada com seis anos ou menos.

Ponto interessante foi que a maioria concluiu há dois ou três anos em seus países,

o que equivaleria ao nosso Ensino Médio, fato que poderá acarretar uma necessidade maior de relembrar conteúdos, em especial aqueles que estão previstos no programa do nosso Ensino Médio, em virtude não só do tempo de término dos seus estudos e das diferenças de conteúdos programáticos, mas, principalmente, da preparação para o Ensino Superior no Brasil, mais especificamente na EN, instituição que tem, em seu “DNA acadêmico”, um caminhar pelas ciências exatas, com forte conteúdo das disciplinas de Cálculo e Física.

Foi perguntado aos estagiários em quais disciplinas acadêmicas esperavam ter maior e menor dificuldade. Para esta pergunta, não foram apresentadas opções de resposta. Podemos verificar que a disciplina de português causa uma maior apreensão nos alunos estrangeiros; não poderia ser diferente, pois todos os integrantes da Turma de Nivelamento de 2013 não têm como idioma oficial de seus países o português. Os libaneses e o senegalês falam o francês, já os namibianos e o nigeriano têm o inglês como língua oficial.

A maior preocupação sentida pelos alunos estrangeiros foi com o início do curso e o fato de serem obrigados a aprenderem a Língua Portuguesa, um pré-requisito para serem matriculados na turma de 1º ano da EN. Há comentários interessantes da percepção de dois estagiários a respeito dos aspirantes, os quais, sob sua ótica, “são muito dedicados e têm muito medo de repetir” e são respeitados, o que, em suas palavras, é “muito importante”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio de Nivelamento se torna importante quando os imigrantes temporários chegam para um curso acadêmico sem a base do idioma numa qualidade desejada, o que poderá prejudicar sobremaneira o

seu desempenho como aluno, inclusive acarretando desmotivação e cancelamento dos seus estudos. O ensino de Língua Portuguesa é fundamental ao ano de nivelamento, em especial quando ele é tecnicamente direcionado para facilitar a apresentação de hábitos culturais, nos quais estes jovens ficarão inseridos por mais de cinco anos.

Fundamentamos que a capacidade de expressão e compreensão da nossa língua é instrumento de integração. A matemática é, provavelmente, a linguagem comum entre os alunos estrangeiros, que diferem quanto a etnias e a conhecimentos linguísticos. Faz-se, porém, necessário compreender, por meio de nivelamento, as diferenças curriculares entre os países de origem de nossos alunos estrangeiros e o que é exigido como pré-requisito para cursar a EN.

Foi verificado que eles sentem e reconhecem a dificuldade da barreira do idioma, principalmente quando deverão ser expostos no curso acadêmico superior regular. Como são jovens em formação, não deverá haver uma separação da sua cultura natal, mas com certeza a identidade social que está sendo criada, no primeiro momento entre estrangeiros estudantes e posteriormente entre estes e a maioria de aspirantes brasileiros, acarretará uma reconstrução, a princípio, positiva das relações sociais estabelecidas entre o grupo maior de alunos.

Saber uma língua é adquirir competências linguísticas para se expressar adequadamente em qualquer situação. Saber uma língua implica conhecer a cultura que por meio dela se revela, entender o “espírito” do povo ou dos povos que a aprenderam como língua materna. Saber uma língua é conseguir argumentar, responder criativamente a uma pergunta, apresentar um projeto, uma resenha ou o resultado de uma pesquisa.

Para concluir, abaixo é transcrito o pensamento que a referida professora entrevistada, também sujeito deste estudo, julga de importância para continuar desenvolvendo a disciplina de Língua Portuguesa para esses jovens estrangeiros que procuram sua formação plena em IES militar no Brasil:

Se queremos formar homens capazes de conviver com outros povos, se deseja-

mos contribuir para que eles, já agora, incluam entre suas aspirações a de promover a educação integral de seus cidadãos e assim alavancar a economia dos respectivos países, parece-nos importante criarmos as condições para que em cada um expanda uma consciência disposta a perceber, apreciar e respeitar outras culturas.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<EDUCAÇÃO>; Escola Naval; Intercâmbio; Relações Internacionais;

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, nº 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2010.
- _____. Lei nº 12.704, de 8 de agosto de 2012. Altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha, no que se refere aos requisitos para ingresso nas carreiras da Marinha. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 9 ago. 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-1014/2012/Lei/L12704.htm>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- _____. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. *Catálogo de cursos e estágios do ensino naval destinados a pessoal extra-Marinha*. Brasília, DF: 2011.
- _____. Escola Naval. *Portaria nº 10/EN*, de 24 de fevereiro de 2010, que cria o Estágio de Qualificação para Adaptação Acadêmica de Alunos Estrangeiros. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- _____. Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes – Convênio de Graduação – PEC-G. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 13 mar. 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- DESIDÉRIO, E. Migração e políticas de cooperação: fluxos entre Brasil e África. In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. *Anais...* Rio de Janeiro, p. 16-18, nov. 2005.
- FARIA, M. L. de. Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas. *Revista Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 20, nº 58, p. 45-63, jan./abr. 2009.
- GOHN, M. da G. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões de nossa época; v. 1).
- MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do capital*. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).

- MOURÃO, Daniele E. *África “na pasagen” identidades e nacionalidades guinenses e cabo-verdianas: abordagem antropológica e de uma proposta etnográfica*. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará. 2006.
- MUNGOI, Dulce Maria D. C. J. *O Mito Atlântico: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas*. 2006. 207 f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.
- SILVA, Kelly; MORAIS, Sara S. Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras. *Revista Pro-Posições*, Campinas, SP, nº 67, p. 163-182, jan./abr. 2012.
- SUBUHANA, Carlos. *Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. 2005. 211f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.